

**A PRODUÇÃO RECENTE SOBRE A QUESTÃO REGIONAL
NO BRASIL: UM BALANÇO DOS ANOS 80***

*Leonardo Guimarães Neto**
Osmil Galindo****

Resumo: Apanhado da produção recente sobre a questão regional no Brasil, referente às décadas de setenta e oitenta. Considera o avanço da produção, bem como a dispersão e a pouca divulgação de grande parte dos estudos produzidos. Enfatiza o progresso recente em exames feitos a partir do contexto nacional e do relacionamento com outras regiões. Registra os estudos sobre a concentração da atividade econômica no Sudeste e estados mais industrializados; a repercussão, nas regiões, da desaceleração e crise da economia brasileira nos anos recentes; os mercados de trabalho, o processo migratório e o papel do Estado brasileiro. Faz apreciações sobre a base de informações dos estudos e a produção destes segundo áreas geográficas e regiões brasileiras.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de um esforço que teve como objetivo o levantamento da produção intelectual sobre o desenvolvimento das regiões brasileiras e da questão regional subjacente. Contém uma análise sumária dos estudos mais recentes sobre a questão regional brasileira, partindo de levantamentos anteriores e de uma resenha de 179 estudos, componentes de um trabalho mais amplo realizado pelo Departamento de Economia da FUNDAJ(53) visando, além da realização de um apanhado geral dos temas tratados, a identificação de lacunas relacionadas com a abordagem da questão regional. Este texto deve ser entendido como um reexame e atualização, incorporando trabalhos mais recentes da resenha elaborada por GUIMARÃES NETO & CANO(66), ainda inédita.

Não é necessário destacar a limitação de um levantamento como este. A produção sobre a questão regional brasileira, realizada por centros de

* Este artigo é produto do estudo FUNDAJ(53).

** Diretor do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco.

*** Pesquisador do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco.

estudos e pesquisas, universidades, entidades que congregam profissionais vinculados à pesquisa social, órgãos de planejamento regional e estudiosos isolados, é sem dúvida muito grande e tem-se ampliado significativamente a partir da institucionalização e consolidação de cursos e centros de pós-graduação. Deste modo, é impraticável, em um curto período de tempo, cobrir toda ou sequer uma proporção significativa das pesquisas e estudos relacionados com o tema.

A seleção, feita neste artigo, dos textos considerados relevantes, não está isenta de juízos de valores e de vieses, o que poderia tornar questionável a escolha procedida. Além disso, a dispersão, a não publicação e divulgação de textos importantes constituem elementos que podem levantar dúvidas adicionais a respeito da abrangência e significado dos estudos aqui apresentados. Não obstante essas limitações, acredita-se que esta análise sumária pode contribuir para o conhecimento daqueles que têm a questão regional como objeto de estudos e constitui uma base para levantamentos mais completos sobre o tema.

Neste sumário balanço sobre a questão regional brasileira, partiu-se de conclusões de resenhas e levantamentos anteriores e de uma classificação adotada sobre a produção científica, que leva em conta as regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e as questões abordadas. Além dos estudos sobre as regiões foram consideradas as análises de âmbito sub-regional, geralmente unidades da Federação, que pela sua significação poderiam trazer aportes significativos para a compreensão da região na qual está inserida.

Entre os levantamentos e resenhas relativos à produção de estudos sobre a questão regional cabe, inicialmente, fazer referência ao texto GUIMARÃES NETO & CANO(66), ao de JATOBÁ(71), ao de ANDRADE(6) e ao de CANO & CARNEIRO(22).

No caso específico do primeiro texto, deve-se lembrar entre suas constatações, a de que foi considerável o avanço do conhecimento sobre a problemática regional brasileira, não só a partir dos estudos específicos sobre cada região, mas no que se refere a estudos que se preocuparam com explicações mais amplas sobre a articulação e integração das regiões brasileiras. Neste particular, trabalhos como os de CASTRO(32), SINGER(114), CANO(21), OLIVEIRA & REICHSTUL(101) e PIMES/UFPE(103), significaram contribuições importantes para que os estudos regionais, desenvolvidos no âmbito de cada área, tivessem um marco mais amplo e atual de referência nas suas abordagens.

2. A INTEGRAÇÃO DAS ECONOMIAS REGIONAIS

Isto, seguramente, vem ocorrendo com a produção mais recente, que é o objeto da presente resenha. Vale aqui o destaque, além das pesquisas e estudos, da própria abordagem dos planos e programas regionais que perderam, em muitos de seus aspectos, a perspectiva autônoma e isolada com que tratavam a problemática de cada região e montavam as suas propostas.

No que se refere especificamente ao Nordeste, os trabalhos de MOREIRA(94), de ARAÚJO(12), GUIMARÃES NETO(65), MAGALHÃES(80), REBOUÇAS(104), REDWOOD III(105), GALVÃO(56) e GALVÃO(60) são apenas alguns exemplos dessa compreensão mais integrada e complementar da Região. É evidente que nesta listagem não poderia deixar de ser assinalado o já clássico trabalho de OLIVEIRA(100). Na verdade, a discussão tem-se deslocado das comparações sobre o ritmo de crescimento do País e do enfoque sobre as "disparidades regionais", para uma análise das formas e processos através dos quais a Região se articula ou se integra com o resto do País, particularmente com as regiões mais industrializadas. Nestes estudos, a integração tem sido examinada principalmente da perspectiva da indústria regional e, mais particularmente, da "nova indústria", associada à política regional de incentivos fiscais e financeiros.

Isto que se verificou na produção intelectual no Nordeste (ou fora dele), a respeito da "questão nordestina", está também presente nas demais regiões, particularmente nos estudos e debates na Amazônia e na região Sul.

Com respeito à Amazônia, as análises mais recentes sobre o seu desenvolvimento têm enfatizado, de um lado, a integração física e produtiva da Região com o resto do País e, de outro, o impacto na referida região decorrente das formas através das quais o Brasil se insere na economia mundial ou na divisão internacional de trabalho. Vale lembrar aqui, como ilustração, os trabalhos de autoria de COSTA(36)(37), a tese de mestrado de LOPEZ(79) e o trabalho de PEREIRA(102). No texto coordenado por ALMEIDA JR.(4), com mais de duas dezenas de trabalhos, está presente não só a preocupação com o Programa Grande Carajás, mas a busca do entendimento das formas, os processos e condicionantes que estão presentes na integração física, comercial e produtiva da Amazônia à economia brasileira e mundial. De forma eloquente, em vários trabalhos, MENDES(90) tem chamado a atenção para o caráter predador do estilo de crescimento da Região, para o papel dos grandes empreendimentos e seus impactos sociais e ambientais e

para a desintegração regional, que ocorre com a articulação da Amazônia às demais regiões brasileiras. Mais recentemente estas idéias estão expostas no seu livro "O Mato e o Mito"(90), particularmente no capítulo que tem como título "Os Fins do Desenvolvimento e o Desenvolvimento sem Fim".

Esta é apenas uma pequena amostra que deve ser complementada com vários trabalhos de outros autores, muitos dos quais presentes nas publicações do NAEA/UFPA, notadamente os Cadernos NAEA.

Esta questão da integração das economias regionais e a necessidade de compreendê-las a partir das suas formas de inserção na economia brasileira também estão presentes na produção sulina, particularmente nos trabalhos do Governo Estadual do Rio Grande do Sul e do IPARDES, do Governo do Paraná. Neste particular, vale o registro de dois trabalhos relevantes da FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA(51)(52), a partir dos quais se desenvolve uma polêmica, no interior da própria fundação, e que veio a extrapolar os seus limites, na qual a questão da articulação e integração econômica do Rio grande do Sul no contexto nacional e suas repercussões econômicas e políticas são também consideradas. Tal polêmica tem parte importante do seu registro na revista Ensaio FEE, na qual estão publicados trabalhos de ALMEIDA & LIMA(2), de CASTAN(31) e ainda de FARIA(48). No número seguinte da referida revista aparecem, no debate, os trabalhos de TARGA(120) e de SOUZA(117). É evidente que a discussão não se resumiu a estes textos. No entanto, tais exemplos revelam a tônica e a ênfase ao conjunto nas formas de articulação da economia estadual ou regional, à subordinação, que passou a existir, da economia gaúcha em relação à das áreas mais industrializadas e às possibilidades ou restrições que passaram a prevalecer à medida que a industrialização brasileira avança.

No Paraná, o trabalho do IPARDES(70), e muitos dos artigos que aparecem no periódico "Análise Conjuntural", publicado por aquela instituição, abordam esta questão. A respeito, vale lembrar de MISKI(92), a crítica que faz à visão da SUDESUL, e das suas propostas, ressaltando a necessidade de uma perspectiva distinta a respeito das relações Sul/Sudeste. CARNEIRO LEÃO(23) examina os estudos mais relevantes sobre a economia do Estado do Paraná e destaca, nas formas como evoluíram esse estado e o Brasil, as possibilidades e restrições que são possíveis de antever no desenvolvimento industrial e econômico do Paraná.

Em resumo, a integração inter-regional e os condicionantes que o centro industrial do Sudeste provoca sobre o desenvolvimento das “regiões periféricas” são temas bem presentes hoje, nas preocupações dos analistas da questão regional brasileira, em praticamente todas as regiões, diferente do que se constata nas décadas anteriores à de sessenta.

3. A DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL

O prosseguimento da discussão sobre a articulação regional, a partir de informações censitárias da década de setenta e, sobretudo, das novas estimativas das contas nacionais e sua desagregação por estados e macrorregiões, dá lugar à discussão sobre “o novo padrão regional” no País. DINIZ & LEMOS(40), em artigo publicado pelo IPARDES, ressaltam que não obstante se constatasse uma grande concentração econômica em São Paulo, a partir de determinado momento as forças que induziram à concentração alternam-se, apontando no sentido inverso. Consideram os autores que a exploração e utilização de recursos naturais, a criação de barreira à entrada de concorrentes, a expansão dos mercados e a grande disponibilidade de recursos naturais estão por trás deste novo “padrão”. Este tema é mais desenvolvido na tese de doutoramento de DINIZ(38) defendida no Instituto de Economia da UNICAMP. Apresentando conclusões distintas dos trabalhos anteriores, embora examinando o mesmo tema, AZZONI(13) centra sua preocupação no segmento manufatureiro da economia.

É importante lembrar que este tema relacionado com a reversão da polarização já estava presente em estudos anteriores, nos quais, embora não tivesse explícita a conclusão a respeito de uma reversão, assinalava-se a diminuição da intensidade da concentração econômica em São Paulo e no Sudeste, a partir dos anos setenta. Os trabalhos do PIMES(103) e de CANO(20), dentre outros, podem ser citados a este respeito. Da FUNDAÇÃO SEADE(55), o estudo publicado em dois volumes, sobre a interiorização da economia industrial paulista, revela um processo de desconcentração desta atividade produtiva, em favor sobretudo de sub-regiões como a de Campinas. Neste processo de interiorização foi marcante a presença do Estado, conforme assinala o estudo.

4. TENDÊNCIAS RECENTES DO PROCESSO MIGRATÓRIO INTER-REGIONAL

Um outro ponto ressaltado, no texto de GUIMARÃES NETO & CANO(66), é o papel dos estudos demográficos na maior compreensão da questão regional brasileira. Isto é particularmente importante no tocante aos estudos sobre o processo migratório e ao exame mais particular dos seus determinantes. O referido trabalho faz menção aos estudos que, logo após o Censo Demográfico de 1970, foram realizados sob a coordenação do Ministério do Interior, envolvendo diversas instituições (SUDENE, IBGE, SERPHAU, SUDAM, SUDESUL, SEPLAN, PNUD, OIT etc.), com o que foram realizadas pesquisas e análise sobre a demografia das regiões e feitas propostas de políticas de migração interna. Vale destacar que este trabalho, embora não de modo coordenado e, seguramente, sem a dimensão anterior, teve continuidade, sobretudo no âmbito da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), divulgado através dos Anais dos seus encontros e da sua Revista de Estudos de População.

Deve-se aqui fazer referência ao trabalho de MARTINE e CAMARGO(83), no qual se ressaltam as mudanças associadas à queda da fecundidade e se chama a atenção para a convergência crescente da população, no sentido de sua concentração em áreas já densamente povoadas e de maior dinamismo. Na mesma linha, o trabalho de TASCHNER & BOGUS(121) destacam a grande mobilidade espacial no País e a urbanização "galopante", pela qual vem-se acentuando a metropolização e a rede "macrometropolitana" no Sudeste.

Na abordagem da questão migratória, mudanças relevantes têm sido assinaladas, na década de setenta, em algumas regiões brasileiras, sobretudo à base dos dados do Censo Demográfico de oitenta. MOURA e SANTOS(97) revelam a continuidade dos fluxos migratórios do Nordeste em direção a outras regiões brasileiras, não obstante a ocorrência de uma redução da sua intensidade na década de setenta. Assinalam que isto se verifica simultaneamente com um êxodo rural, na última década intercensitária, de mesma intensidade da década anterior. Com relação sobretudo à Região Sul, vários estudos têm ressaltado o impacto das transformações da agricultura da Região sobre o emprego e o êxodo rural, alterando significativamente o papel que os estados sulinos, principalmente o Paraná, tinham em décadas anteriores, como destino dos fluxos migratórios. Cabe mencionar entre muitos que examinam os referidos processos, os trabalhos de MARTINE & GARCIA(84), de LISBOA(78), de FLEISCHFRESSER(49) e do IPARDES(70).

Além dos estudos mais empíricos, ainda no âmbito da ABEP, foram apresentados alguns trabalhos que avançam na elaboração de um esquema teórico de análise relacionado com as frentes pioneiras e os processos econômicos, demográficos e políticos que estão na sua base, destacando-se, entre eles, o de SAWYER(109).

Os dados do censo de 1980 e os estudos sobre a migração, sobretudo a inter-regional, mostram novos aspectos nas tendências registradas em décadas anteriores nas relações entre o Norte e as demais regiões. O estudo da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO(54), ao mostrar uma reversão na década de setenta (relativamente à de sessenta) quando se constata um aumento dos fluxos na direção da Região Norte - I Relatório Parcial da Pesquisa Migrações para Manaus -, não deixa de ressaltar a heterogeneidade e a complexidade do processo migratório, destacando a diferenciação que se verifica nas suas microrregiões. Um outro aspecto relacionado com o tema e que diz respeito ao êxodo rural, também constatado na Região, e que confirma a heterogeneidade do seu processo migratório foi objeto de uma coletânea organizada por ARAGON & MOUGEOT(11) publicado pelo NAEA.

Um balanço importante, e crítico, da produção da ABEP referente ao tema da migração interna foi realizado por MARTINE & NEUPERT(85), abrangendo uma relação de 95 estudos "publicados ou circulados" na ABEP. As constatações apresentadas para discussão pelos autores, a respeito dos estudos sobre migração interna no Brasil são os seguintes:

- a) não obstante seja respeitável o número de estudos realizados enfocando questão migratória, é notável a falta de estudos que procurem relacionar movimentos migratórios com transformações históricas de mais longo prazo;
- b) não foram produzidos, no âmbito da ABEP, no número e na qualidade esperada, os estudos quantitativos básicos sobre as questões demográficas fundamentais referentes à migração e à urbanização.

Esta última crítica da referida resenha pode estar associada ao confronto entre o que se produziu a respeito desta questão, logo após o censo de 1970, comparativamente ao que se elabora, em termos de estudos visando à quantificação e análise dos fluxos migratórios, após o censo de 80. Da produção examinada pelos autores sobre as migrações internas, 17 trabalhos referem-se à região Norte e Amazônica, 15 ao Nordeste ou estados nordestinos, 15 a São Paulo, cinco ao Sudeste e outros estados da Região(sem incluir São Paulo), seis ao Sul, três ao Centro-Oeste e 28 ao País em seu conjunto, além

de três que não possibilitavam a classificação segundo os critérios regionais adotados.

Em resumo, não obstante os aspectos e as críticas assinalados anteriormente, não se pode deixar de reconhecer que a partir da análise sobre a questão migratória e seus determinantes, muitos dos pontos relevantes sobre as transformações e articulações entre as regiões foram detectados nas últimas décadas. A reversão dos fluxos migratórios no Norte (intensificação da imigração), no Nordeste (redução da intensidade da emigração) e no Sul (intensificação da emigração) são algumas constatações relevantes da produção recente, ao lado do esforço para que sejam identificados os principais determinantes desses processos.

5. O MERCADO DE TRABALHO

Com relação ao mercado de trabalho e suas implicações e diferenciações regionais, a produção de estudos e pesquisas tem sido considerada, geralmente, muito reduzida, estando a exigir uma dedicação maior dos pesquisadores, sobretudo no sentido de ressaltar a homogeneidade ou heterogeneidade existente, no espaço brasileiro, no que se refere às relações de produção, emprego e salários.

No entanto, embora se possa aceitar esta afirmação, não se pode minimizar, nas décadas de setenta e oitenta, os avanços ocorridos. Mais uma vez, a menção dos textos feita a seguir tem apenas a finalidade de ilustrar, exemplificar e qualificar a natureza desses avanços.

Cabe iniciar pelo balanço da ABEP, feito por BILAC(18), a respeito da produção da referida instituição relacionada com a força de trabalho.

Não resta dúvida de que há uma produção significativa, em termos quantitativos, pois foram catalogados nos anais do encontro e na revista da ABEP pouco mais de uma centena de trabalhos. No entanto, ao reconhecer este fato, a autora da resenha ressalta o caráter predominantemente pontual dos estudos, do que decorre, segundo suas palavras, não só a “escassez de estudos por série histórica que permitam a análise sistemática, a partir dos anos vinte, de alguns indicadores básicos”, mas a escassez de estudos “mesmo contemporâneos que permitam a análise de alguns indicadores básicos sobre a FT (Força de Trabalho) para as diferentes regiões e UF (Unidades da Federação)” (BILAC, 18:87-8). Em suma, embora haja uma produção

importante, a falta de um mapeamento regional ou nacional mais consistente não permite uma generalização para as conclusões e descobertas propiciadas por tais estudos, localizados e pontuais.

Não obstante isto, alguns avanços podem ser registrados. Embora se trate de um trabalho no qual a questão regional só foi abordada quando se fez referência à experiência nordestina, o estudo coordenado por SALM(106), no Instituto de Economia Industrial da UFRJ, apresenta uma revisão da análise do mercado de trabalho no País, mostrando evidências de um processo de integração da população à atividade produtiva, com a generalização do trabalho assalariado, negando o paradigma da dualidade e a hipótese da "insuficiência dinâmica" da economia brasileira para resolver as questões do desemprego estrutural. Apesar de não ter obtido a atenção que seguramente merece, é provável que estudos futuros venham a ter, nas conclusões do referido trabalho, um ponto de partida para a análise do mercado de trabalho a nível de setores e de regiões. É sem dúvida um tema da maior relevância, o do exame das formas diferenciadas como essa "integração" se dá no mercado de trabalho das diferentes regiões e nos setores da atividade.

O estudo de KAGEYAMA(75), anterior ao trabalho do IEI/UFRJ, examina a evolução do emprego na agricultura, segundo as regiões, nesta fase de intensas alterações na base técnica do setor, no qual os impactos nas relações de trabalho foram significativos com a expansão do assalariamento, que ocorreu de modo diferenciado nas regiões brasileiras. Neste particular, sua análise constata que a modernização agrícola favoreceu o aumento das desigualdades entre e dentro das regiões e "entre e dentro das categorias ocupacionais".

Na direção do objetivo de compreensão do mercado de trabalho nas regiões brasileiras, embora situado numa perspectiva conjuntural da crise no início dos anos oitenta, o trabalho de autoria de GOMES, OSÓRIO & FERREIRA IRMÃO(61), após um mapeamento da política brasileira de estabilização e dos seus efeitos globais, examina os impactos regionais dela advindos e desce à análise específica das repercussões nos diferentes espaços brasileiros, considerando os níveis de emprego, o comportamento do desemprego e a distribuição de renda. Abordando tema similar - limitado no entanto ao impacto da crise sobre os níveis e distribuição da renda - HOFFMANN(69) fornece informações e análises que possibilitam a compreensão do "ajustamento" do mercado de trabalho regional à desaceleração e retomada neste período recente. Vale também fazer referência, neste particular, ao estudo de

JATOBÁ(72), que confronta as diferentes formas através das quais os impactos da crise alcançam o trabalhador no Sudeste e no Nordeste.

Na resenha que faz sobre os estudos a respeito da urbanização, mercado de trabalho e pobreza no Nordeste, CARVALHO(26) classifica os trabalhos segundo as distintas abordagens (gerais, setor informal, coexistência de distintas formas de organização da produção, sobrevivência do trabalhador de baixa renda, mercado de trabalho e padrão de desenvolvimento regional) e, após o exame de mais de 100 títulos, detecta algumas lacunas da maior relevância, sem negar os avanços que a partir deles foram verificados na compreensão da questão nordestina. Uma delas é a de que a ênfase no tradicional - refletida no grande número de estudos sobre o que tem sido chamado de setor informal, atividades não capitalistas, microempresa ou pequena produção urbana, é de certa forma explicável pelo peso dessa atividade na realidade regional - deixou o "moderno" obscurecido ou relativamente negligenciado. CARVALHO(26:17). Neste particular, apenas começam a ser debatidos fenômenos como o da equalização dos processos de trabalho, o surgimento de um proletariado industrial moderno, o avanço do assalariamento. Alguns desses temas são mencionados e ressaltados, mas segundo a autora, insuficientemente estudados.

Uma outra resenha sobre os estudos que abordam a questão do emprego e das relações de trabalho no meio rural nordestino, de autoria de GOMEZ(62), da OIT/PNUD, que abrange 80 títulos, ressalta a presença de estudos voltados para o exame do efeito da estrutura de posse da terra sobre as relações de trabalho, nas últimas décadas, destacando as características dos estratos sociais na atividade agropecuária, bem como o impacto dos programas e seus efeitos sobre o emprego rural, sobre a distribuição de renda e sobre a capacitação de pessoal.

Deve ser mencionado, em relação ao registro da produção sobre o mercado de trabalho no Nordeste, o balanço realizado no periódico de responsabilidade da SUDENE e da Fundação Joaquim Nabuco (Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste), que, durante os últimos cinco anos, vem apresentando resenhas de estudos e pesquisas realizadas, a partir de 1960, sobre população, emprego e renda na referida região.

Ainda com relação a resenhas sobre o mercado de trabalho, vale chamar a atenção para a que foi elaborada por CASIMIRO et alii(30) que, embora não vinculada diretamente à problemática regional, levantou a produção

relacionada com o tema no período 1965/80, em todo o País, abrangendo dissertações de mestrado, doutorado, relatórios de pesquisas, artigos em periódicos. Os temas relacionam-se com os seguintes tópicos específicos:

- a) migração e emprego;
- b) rotatividade da mão-de-obra;
- c) sindicalismo;
- d) pobreza, subemprego e desemprego urbano;
- e) mercado informal; e
- f) política de emprego e política salarial.

Foram inicialmente reunidos 6.300 títulos, em 70 instituições visitadas, sendo que, uma vez eliminadas as repetições, ficaram no fichário 2.835 títulos. Com base nestes, foram fichados e analisados, detidamente, 31 textos. A apreciação dos trabalhos assinala:

- a) o caráter não conclusivo dos estudos no que se refere a propostas objetivas de intervenção governamental;
- b) a pouca articulação nas análises entre a questão do emprego e outras questões maiores, ligadas ao desenvolvimento e suas estratégias; e
- c) o caráter subordinado e residual que tem desempenhado o emprego no quadro da política econômica brasileira.

Dois temas que tratam da questão do emprego sob a perspectiva regional estão presentes em alguns estudos recentes:

- a) a atuação do Estado e as repercussões da sua intervenção sobre o mercado de trabalho, no Nordeste; e
- b) as grandes transformações na agricultura da região Sul e seu impacto sobre o emprego rural.

No que se refere ao primeiro tema, deve-se fazer referência ao trabalho organizado por Jorge JATOBÁ(73), que abrange todos os principais setores de atividade, com destaque para a intervenção governamental na Região e os seus rebatimentos sobre o nível de emprego. Posteriormente este tema é aprofundado, considerando alguns programas governamentais mais relevantes em trabalho organizado por JATOBÁ & FERREIRA IRMÃO(74). SOUZA(116) examina o processo de integração regional a partir da industrialização e desenvolve esforço no sentido de quantificar o impacto do programa de desenvolvimento industrial sobre a criação direta e indireta de emprego.

No que se refere à modernização da agricultura brasileira, especialmente a da região Sul, e seu impacto sobre a ocupação no campo e sobre o êxodo rural, devem ser registrados os trabalhos de MARTINE & GARCIA(84) e de LISBOA(78), já mencionados, além dos trabalhos de Vanessa FLEISCHFRESSER(49) e do IPARDES(70), referidos quando foram examinados os trabalhos sobre a migração. Este tema está presente em trabalho recente de GUIMARÃES e INNOCENCIO(64) e no estudo de MESQUITA & SILVA(91). Nestes casos, o que é ressaltado é o impacto dos processos de trabalho adotados na moderna agricultura do Sul (e do Sudeste) na proletarianização e assalariamento da mão-de-obra e nas suas conseqüências relacionadas com o êxodo rural, a urbanização e a marginalidade urbana.

É evidente que há uma produção crescente de trabalhos relacionados com o tema emprego, no País, além de pesquisas sistemáticas como a de responsabilidade do IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego) que abrange as principais regiões metropolitanas do País, bem como a patrocinada pelo SEADE/DIEESE/UNICAMP, relativa à grande São Paulo, que não foram aqui consideradas. No entanto, as resenhas citadas e as referências aos trabalhos específicos sobre os temas regionais mais destacados recentemente, permitem que se forme uma visão geral da produção recente no País, a este respeito.

6. A QUESTÃO REGIONAL E O ESTADO

Algumas avaliações anteriores sobre a questão regional fazem referência à limitada produção a respeito da atuação do Estado no que se refere à questão regional brasileira. É provável que esta observação tenha maior validade se o que se pretende é o registro de estudos abrangentes, que tenham como objetivos o exame conjunto das regiões brasileiras e a análise sistemática das diferentes formas de intervenção governamental, seja através das políticas explicitamente regionais ou daquelas macroeconômicas e setoriais (as implicitamente regionais). No que diz respeito a estudos nesta direção, referências devem ser feitas, entre outras, ao trabalho realizado pelo PIMES/UFPE(103), em quatro volumes, ao de CHALOULT(33), ao desenvolvido por ABLAS & FAVA(1) e ao de CARVALHO(28), que tratam das formas de intervenção do Estado na região nordestina e estabelece o confronto entre a experiência do planejamento regional da SUDENE e da Cassa per il Mezzogiorno no sul da Itália.

No entanto, é outra a perspectiva quando a avaliação compreende os estudos mais específicos, voltados para programas, planos e instrumentos de

política econômica e seu impacto diferenciado sobre os espaços regionais. A resenha de autoria de JATOBÁ(71:202), que tem entre seus objetivos o de examinar não só “os estudos e as formulações atrelados à política regional que tenham origem no mundo mais acadêmico, mas deverá propiciar uma visão de como o Estado evoluiu na sua concepção da política regional e no uso dos seus instrumentos para abordar a problemática regional no contexto do desenvolvimento do País”, apresenta um grande número de trabalhos, tanto aqueles que examinam a questão de uma perspectiva mais global, como vinculando-a a planos, programas e ações governamentais específicas.

Na verdade, no que se refere ao exame específico da atuação do Estado e seu impacto regional, é significativo o número de estudos que abrangem programas como o de irrigação do Nordeste, colonização dirigida, desenvolvimento industrial do Nordeste, expansão da fronteira e colonização rural no Centro-Oeste, política fiscal, políticas governamentais e desenvolvimento da Amazônia, políticas de exportação, sistema tributário, política de ajuda externa e ao desenvolvimento do Nordeste e política de colonização ao longo da Transamazônica. Neste particular, o levantamento e o exame procedidos por Jorge JATOBÁ na resenha citada são bastante ilustrativos. Um ponto enfatizado pelo referido autor diz respeito à contribuição, como a do PIMES(103), que partiu, na análise da atuação do Estado com relação ao desenvolvimento regional, de uma separação que considerava, de um lado, os efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais de âmbito nacional e, de outro, daquelas especificamente regionais. Fazendo isto, os estudos ressaltam o papel compensatório das políticas regionais face às “nacionais”, que, no resultado final da ação governamental, são as que definem a dinâmica e a configuração das economias regionais.

Estreitamente vinculada à questão anterior, JATOBÁ(71:265) assinala: “... a problemática regional no desenvolvimento brasileiro tem sido abordada por meio de ações setoriais ainda muito compartimentalizadas (...) as intervenções governamentais nas regiões periféricas têm carecido de uma maior articulação explícita com as estratégias que são desenvolvidas para os objetivos setoriais e macroeconômicos a nível nacional(...) o caráter compensatório que têm assumido [as políticas regionais] decorre da perda de eficácia dos programas regionais em função da neutralização a ela imposta pelos efeitos perversos das políticas setoriais e macroeconômicas(...) o Estado aparenta ter assumido mais a postura de viabilizador da expansão capitalista, tanto no núcleo

hegemônico da economia, quanto nas áreas periféricas, do que o de atenuador das desigualdades pessoais ao nível inter e intra-regional. A resultante desta postura, indica boa parte da literatura, tem sido os fracos rebatimentos sociais dos programas governamentais, se não o agravamento em algumas dimensões particulares tais como a de renda e do emprego''.

Em síntese, se é verdade que muitos aspectos da intervenção do Estado na problemática regional não foram abordados ou, ainda, que grande parte dos trabalhos refere-se às décadas anteriores à atual, não resta dúvida de que os estudos realizados, que têm como objetivo a avaliação da ação do Estado neste particular, fornecem um quadro suficientemente abrangente para que sejam identificadas as grandes deficiências dos meios através dos quais a sociedade brasileira pretende encaminhar uma efetiva solução para os problemas das economias periféricas.

7. A DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÕES

Tem sido assinalada, a respeito da disponibilidade de informações para a análise das regiões, uma grande lacuna relacionada com alguns agregados ou variáveis, a partir dos quais se poderia avançar bastante no conhecimento sobre a questão regional brasileira. Entre tais variáveis são referidos os agregados macroeconômicos considerados pelo sistema de contas regionais, os relacionados com os fluxos comerciais e com os fluxos financeiros entre as regiões.

No que se refere às contas regionais, fundamentalmente no que tange ao produto e à formação de capital, embora devam ser mencionados alguns avanços, sobretudo a partir de instituições isoladas, não se pode deixar de reconhecer que a lacuna, neste particular, é significativa. Os avanços ocorreram a partir de iniciativas de órgãos e instituições isoladas ou com reduzido grau de integração ou um esforço coordenado, no sentido de produzir sistematicamente os referidos agregados. Assim, é sobretudo a partir da SUDENE (Produto e Formação Bruta de Capital), SUDAM (Amazônia: Renda Interna - 1959-78), SEADE (Produto Interno Bruto, Formação de Capital e Consumo), IPARDES (Produto Interno Bruto do Paraná), Governo de Minas Gerais/Secretaria de Planejamento/Superintendência de Estatística e Informações (Agregados Regionais: Produto Interno Bruto - 1970-85) além de outras entidades estaduais, que têm sido produzidas as informações de produto, renda e investimentos. A Fundação Getúlio Vargas e, mais recentemente, o IBGE, que vinham

desenvolvendo esforços de atualização das contas, não conseguiram, até o presente, produzir os dados referentes aos anos oitenta.

Daí decorre que, mesmo contando com as informações produzidas pelas diversas instituições para os anos mais recentes, não se tem a garantia de um nível razoável de compatibilidade entre as distintas estimativas, o que seguramente dificulta a sua utilização.

No que se refere aos fluxos comerciais e aos fluxos financeiros entre as regiões, ao que tudo indica, não ocorreu nenhum avanço. Não se pode deixar de lamentar a ausência de informações atualizadas neste particular, do que decorre a impossibilidade de se investigar aspectos da maior relevância na articulação comercial, integração produtiva e financeira das regiões.

8. AS PROPOSTAS DA REGIONALIZAÇÃO

Alguns estudos têm chamado a atenção para as grandes transformações que ocorreram na economia brasileira nas últimas décadas e para as repercussões que tais transformações têm trazido para as economias regionais, com rebatimento inclusive na regionalização que tradicionalmente é adotada no País. Assim, deve-se fazer referência ao trabalho de OLIVEIRA(100:29), que desenvolve o conceito de homogeneização e a definição de região como “o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial da luta de classe, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição”, apresentando a região como sujeita a transformações e redefinições. Assim também o trabalho de DINIZ(39), quando enfatiza, no processo de integração nacional e de constituição do mercado interno brasileiro, o “esfacelamento” da identidade regional, ou a desintegração do Nordeste brasileiro, “não tendo mais sentido falar em uma política unificada para uma região que cada vez mais se afasta de uma problemática comum”. O mesmo tema é abordado por MENDES(90), quando ressalta que a integração da Amazônia à realidade nacional teve um custo: “sua desintegração a nível regional”. No fundo, entre inúmeras implicações, o que os diversos autores têm assinalado, ao lado de outras questões, é a impropriedade da regionalização mesma adotada para a apreensão da realidade transformada através dos mais distintos processos pelos quais, nas últimas décadas, passou o País.

O trabalho do CEDEPLAR, de autoria de ANDRADE et alii(5), no seu segundo volume, levando em conta, também, os aspectos anteriormente referidos, além de questões teóricas relacionadas com a divisão regional, propõe uma nova regionalização. Neste sentido, fortemente influenciado pelo conceito de polarização, parte, por razões expositivas, de uma distribuição das Unidades da Federação por grandes regiões, que considera a região Centro-Sul (SP, MG, ES, PR, GO, DF, MG e RO), Sul (RS e SC), Leste (BA), Nordeste Meridional (PE, AL e SE), Nordeste Setentrional (CE, RN e PI) e Norte (PA, MA, AM, AC, AP e RO). Com base nesta partição regional, define os pólos (pólo central, pólo industrial, pólo agrícola) e uma articulação que denomina de “circuitos” de subintegração dos pólos industriais. Assim, na região Centro-Sul destaca-se o pólo central, constituído pelo Pólo Industrial de São Paulo ao qual estão ligados um grande número de pólos agrícolas (Ribeirão, Bauru etc.), regiões isoladas e enclaves (região de expansão de fronteira de Rondônia etc.), além do Pólo Industrial, Turístico e Administrativo do Rio de Janeiro (com o qual se articulam pólos e regiões agrícolas), Pólo Industrial de Belo Horizonte, de Curitiba e Pólo Industrial e Administrativo de Vitória. O mesmo esquema é desenvolvido para as demais regiões. De fato se está, neste caso, diante de um esforço de regionalização que, seguramente, deverá ter prosseguimento à medida que se reconhecem as transformações ocorridas no espaço nacional e a necessidade de compreensão da articulação e integração (e desintegração) que hoje se processa nas macrorregiões, definidas, por exemplo, pelo IBGE.

9. A PRODUÇÃO RESENHADA SEGUNDO AS REGIÕES

A análise da produção recente de estudos e pesquisas sobre as regiões brasileiras, principalmente quando se tem como marco de referência a divisão das grandes regiões adotada pelo IBGE, deve antes de mais nada considerar alguns pontos que foram destacados em outras resenhas. O mais importante diz respeito ao fato de que, tradicionalmente, para efeito de estudos sistemáticos sobre a problemática regional, são considerados como regiões a Amazônia (ou região Norte, cujos limites são distintos, sobretudo quando se trata da Amazônia Legal) e o Nordeste e, um pouco menos, o Centro-Oeste. As demais, embora existam para efeito de publicação de dados estatísticos e para efeito de atuação de algumas instituições (Superintendências de Desenvolvimento) e Ministérios, não constituem, salvo em casos isolados, objeto de estudos. De fato, há uma grande produção relacionada com as regiões Sul e Sudeste, no entanto tais estudos têm como objetivo de investigação

as Unidades da Federação componentes das regiões, ou espaços menores (mesorregiões, bacias hidrográficas, regiões metropolitanas etc.) que, embora importantes para a compreensão da evolução e transformações ocorridas nas regiões, não permitem muitas generalizações a respeito destas.

Seguramente, a tradição da Amazônia ou Nordeste, o desafio que representam para a ação governamental e a presença marcante das entidades regionais (SUDAM, SUDENE, BASA, BNB e outros), ao lado da identidade cultural como espaços diferenciados no contexto nacional, influenciam a produção de pesquisas e investigações de âmbito nacional.

A parte mais importante da produção, que tem como ponto de referência as macrorregiões do IBGE, concentra-se no Norte e Nordeste. Esta produção, como já se fez referência, está cada vez mais voltada para o exame da articulação e integração da região, considerando-se as transformações e a evolução da economia brasileira.

No caso da região Amazônica (ou Norte), na produção mais recente dois temas se fazem bem presentes. O primeiro se refere aos grandes projetos ou às repercussões dos programas desenvolvidos e seus impactos sociais e ecológicos sobre a Região. O segundo diz respeito aos processos migratórios. Com relação ao primeiro é suficiente fazer referência à coletânea organizada por ALMEIDA JR.(4), contendo artigos de Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA; Philip Martin FEARNSIDE e Maria de Lourdes Davies FREITAS, entre outros. O mesmo tema também constitui objeto de preocupação dos autores que estão presentes em outra coletânea, coordenada por HEBETTE(67) na qual está o trabalho de Monteiro da COSTA(36), já citado. O trabalho de Armando MENDES(90) também aborda a questão. No item referente à **Integração das Economias Regionais** estão referidos outros trabalhos resenhados relativos ao tema.

Um outro tema que comparece de modo significativo na produção recente sobre a Amazônia é o da migração, que geralmente está associado à expansão da fronteira agrícola e do desenvolvimento da agricultura e, em casos específicos como o de Manaus, com o surgimento da Zona Franca, conforme pode ser visto em MOURA(95) e em MOURÃO(98). No item referente às “tendências recentes do processo migratório inter-regional” foram lembrados os estudos de SAWYER(109), o da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO(54), o de MOURA(95) e o de MOURA et alii(96), a respeito de Manaus, e a coletânea organizada por ARAGON & MOUGEOT(11), publicada

pelo NAEA. Merece ainda ser mencionado o texto de CARVALHO & MOREIRA(27), em dois volumes, além da produção referente à Amazônia, levantada e analisada por MARTINE & NEUPERT(85), na qual foram examinados 17 trabalhos sobre a Região.

Há também um número significativo de estudos voltados para o exame da experiência industrial e comercial da Zona Franca de Manaus e suas repercussões sociais e econômicas. Neste particular, destacam-se os trabalhos de BENTES(16) e MELO(88). Da perspectiva da avaliação econômica da Zona Franca deve-se fazer referência ao estudo de MAHAR(81) e do PIMES(103). No que se refere a este último, é ressaltada a reduzida articulação da “nova indústria” com a base produtiva da Região e a limitada repercussão que, a partir daí, se registra na geração indireta de emprego e renda.

A produção referente ao Nordeste é bem diversificada. A questão da integração e articulação inter-regional está presente, havendo também uma ampla produção vinculada ao mercado de trabalho, que foi levantada e estudada por CARVALHO(26), relativa às atividades urbanas formais e informais, e por GOMEZ(62) no tocante ao meio rural. É importante mencionar não só os estudos associados à avaliação das políticas e programas desenvolvidos na Região, sejam aqueles explicitamente regionais ou setoriais-nacionais ou macroeconômicos, cuja resenha apresentada por JATOBÁ(71) abrange a maior parte, como aqueles que procuram compreender, de modo mais completo as formas de atuação do Estado no País.

No que diz respeito à produção de estudos sobre a avaliação de programas desenvolvidos na Região, merece destaque o trabalho de SAMPAIO & MARANHÃO(107) que enfoca o Programa POLONORDESTE, considerado, desde meados da década de sessenta até 1984, quando foi formalmente extinto, um dos mais importantes programas de desenvolvimento rural em execução no Nordeste e do qual se originou o Projeto Nordeste.

Sobre a atuação do Estado, vale citar os trabalhos de CARVALHO(25), de BURSZTYN(19), de CHALOULT(33) e de MARANHÃO & SAMPAIO(82), o de Inaiá CARVALHO abrange um período longo de tempo e trata das mudanças ocorridas nas formas de atuação do Estado na Região, associadas ao jogo político, no qual as classes conservadoras da Região se constituíram os agentes mais ativos e os maiores beneficiários dos programas desenvolvidos.

Outro tema muito presente nos trabalhos sobre o Nordeste é o da industrialização, sobretudo na maior parte dos textos relacionados com a questão do emprego. Entre eles cabe mencionar os dos seguintes autores: SOUZA(116), Bacelar de ARAÚJO(12), GOODMAN & ALBUQUERQUE(63), GUIMARÃES NETO(65), MAGALHÃES(80), REDWOOD III(105), MOREIRA(94) e SMITH(115). Embora sejam distintas as abordagens e as principais conclusões, os trabalhos registram as transformações provocadas na estrutura produtiva da indústria regional e a integração da “nova indústria” às demais regiões, bem como o caráter complementar e dependente que ela assume no Nordeste.

A migração constitui também tema relevante, podendo serem citados, dentre outros trabalhos, o de DUARTE(46), o de MOREIRA(93) e o de MOURA & SANTOS(97). Além desses, muitos outros estão contemplados nas resenhas de CARVALHO(26), de GOMEZ(62) e de JATOBÁ(71), além da produção publicada ou que circulou na ABEP, onde MARTINE & NEUPERT(85) fazem referência a 15 trabalhos. Neste particular, o interesse central dos trabalhos consiste, sobretudo o de MOURA & SANTOS(97) e o de Ivan Targino MOREIRA(93), na quantificação dos fluxos e na identificação dos fatores explicativos que estão na base do processo migratório no Nordeste.

Ainda sobre a Região Nordeste, mais especificamente no que diz respeito a trabalhos de abrangência sub-regional merece ser destacada a Série de Estudos Regionais editada pela SUDENE, em 17 títulos, de autoria de: ANDRADE(8)(7)(9), ANDRADE(6), MELO(89)(86)(87), DINIZ(41)(42)(43)(44), SILVA & ANDRADE LIMA(111), SILVA(110), Melo e SILVA, SILVA & LEÃO(112)(113) e LEÃO(76). Nestes estudos, o que está presente é a análise do conjunto de transformações verificadas nas sub-regiões examinadas, notadamente as que dizem respeito às relações de trabalho. O que é importante considerar é que estes estudos tiveram por base uma regionalização prévia (MELO, 89) e, através de constituição de distintas equipes, partiram para um amplo mapeamento sobre as transformações ocorridas na Região. Em seu conjunto, neste particular, constituem uma contribuição relevante para a compreensão do Nordeste atual.

Tendo como tema central a agricultura nordestina, em particular a do semi-árido, o trabalho mais recente de CARVALHO(29), examina as fontes de atraso da economia rural, particularizando o papel do capital comercial, analisando, também, as políticas de combate às secas e as políticas de irrigação.

Sobre as macrorregiões do Sudeste e do Centro-Oeste constatou-se a ausência da produção de trabalhos direcionados para as regiões como um todo. Sobre esse aspecto, destaca-se apenas o estudo coordenado por GALVÃO(57)(58) publicado pelo IBGE, cujos volumes 3 e 4, referentes, respectivamente ao Sudeste e ao Centro-Oeste, examinam essas duas regiões, abordando sob uma ampla perspectiva, aspectos relativos ao quadro físico regional (relevo, clima, vegetação e hidrografia), aspectos demográficos e econômicos (transportes, energia, atividades agrárias, indústria e sistema urbano), e analisa, nestes últimos aspectos, a evolução recente destas regiões.

Apesar de discutir a questão regional brasileira através da análise do processo de integração do mercado nacional, com destaque para o estudo do setor industrial, o trabalho de CANO(20) dedica-se, de certo modo, ao exame da Região Sudeste, salientando as formas de concentração industrial das atividades econômicas, particularmente no Estado de São Paulo. Sobre o setor industrial, enfatizando o caso paulista, vale destacar os trabalhos de AZZONI(13), que procura discutir tanto a questão das economias de aglomeração e o seu alcance, como o fato de que a evolução dessa variável locacional estaria provocando a reversão da polarização no Brasil, e o da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo(108), que trata da industrialização naquele estado, considerando o processo de concentração industrial e a sua interiorização. Sobre este último aspecto, merece ser citado o trabalho da FUNDAÇÃO SEADE(55), que analisa o processo de interiorização, do desenvolvimento e da urbanização no Estado e apresenta subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização, enfocando também o desenvolvimento da agricultura paulista e sua dinâmica.

Quanto à agricultura na Região Sudeste, deve-se mencionar o trabalho organizado por MARTINE & GARCIA(84), o de MULLER(99) e o de GUIMARÃES & INNOCENCIO(64). O primeiro abrange questões variadas da modernização agrícola, centrando-se nos efeitos sobre o emprego, deslocamento da população, alimentação e meio ambiente. O trabalho está voltado para a compreensão e síntese das principais consequências sociais das mudanças recentes no campo, enfatizando as experiências de São Paulo e do Paraná, dois dos estados mais afetados pela modernização agrícola. O segundo objetiva uma compreensão mais global dos profundos processos de mudanças ocorridos em São Paulo entre 1970 e 1980, examinando a consolidação e a expansão do complexo agroindustrial naquele estado. O último verifica as formas assumidas pelo setor agropecuário no Sudeste na última década.

Quanto aos outros temas, destacam-se apenas os trabalhos de OLIVEIRA & REICHSTUL(101), que verifica as novas relações entre o Sudeste e o Nordeste, baseando-se no intenso crescimento industrial ocorrido naquela região, centro das transformações estruturais da economia brasileira como um todo, e de DINIZ & LEMOS(40), que busca examinar o movimento da desconcentração regional da atividade produtiva.

No que diz respeito ao Centro-Oeste, além do trabalho citado, de Marília Velloso GALVÃO(57), mencionam-se, dentre os estudos de cunho mais geral, os trabalhos de BERTRAN(17), que traz uma análise da formação da economia da Região desde o século XVIII até o presente, e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO(118), cujo diagnóstico analisa o processo de planejamento regional enfocando o quadro atual, tanto econômico quanto social da Região, abordando aspectos do desenvolvimento regional e apresentando os programas de desenvolvimento para o Centro-Oeste, tanto aqueles de âmbito nacional quanto sub-regional.

Sobre os estudos referentes a temas específicos, no Centro-Oeste, merecem destaque três trabalhos concernentes à agricultura. O primeiro, de ANDRADE et alii(5), que examina a evolução recente do setor agropecuário brasileiro com ênfase nas sub-regiões da nova fronteira dos cerrados; o de SAWYER(109), que analisa o processo de avanço e recuo espacial das atividades econômicas e da população para a "grande fronteira" do Centro-Oeste, procurando ligações a nível estrutural entre os movimentos centrífugos da fronteira e os movimentos centrípetos do desenvolvimento capitalista; e, finalmente, o de Dora HESS, Elisabeth CORREIA DE SÁ e Tereza AGUIAR(68), que avalia a evolução da expansão da atividade agrária na década de setenta e tenta compreender os diversos arranjos espaciais provocados por tal evolução.

No que se refere à Região Sul, os estudos, em número significativo, dizem respeito a Estados ou sub-regiões específicas, sendo em menor número aqueles que abrangem a Região como um todo. Os trabalhos de Marília GALVÃO(59), de FONSECA(50), de LISBOA(78) e de MISKI(92), ao lado dos planos, estratégias e de diagnósticos da SUDESUL, não constituem a regra na produção de análises sobre o desenvolvimento da Região. De fato, a produção tem-se centrado em importantes estudos sobre os estados sulinos, particularmente Rio Grande do Sul e Paraná, e sobre os setores agrícola e industrial das referidas Unidades da Federação.

Sobre o Rio Grande do Sul, já foram feitas referências a dois estudos da maior relevância, elaborados na Fundação de Economia e Estatística-FEE(52/51), a partir dos quais se desenvolveu interessante debate sobre a questão regional. Com relação ainda a este estado, no que se refere à agricultura destacam-se, dentre muitos, o estudo de autoria de EINLOFT, TARGA e Heloísa LENZ(47), o de TAMBARA(119), o de BENETTI(15) e o de Octávio Augusto C. CONCEIÇÃO(34). No que se refere à indústria gaúcha, entre textos importantes devem ser referidos o de ALMEIDA, MARCANTÔNIO & LIMA(3), o de BANDEIRA & GRUNDLING(14), o de COSTA e Cristina PASSOS(35) e o de LEGEMANN(77). O tema central dos estudos sobre a indústria gaúcha é, predominantemente, o das transformações da estrutura produtiva e o das relações dessa atividade com a indústria das demais regiões, particularmente a paulista. A competição interestadual está freqüentemente presente nos referidos estados.

Para o estado do Paraná, ao lado de estudos gerais, já citados, como o elaborado pela equipe do IPARDES(70) e o de CARNEIRO LEÃO(23), deve-se levar em conta ainda, no que se refere à abordagem mais setorial os trabalhos de CARNEIRO LEÃO e Jorge Sebastião(24), de FLEISCHFRESSER(49) e de MARTINE & GARCIA(84), que ilustram com o exemplo do Paraná as repercussões sociais da transformação da agricultura. No que se refere ao estudo do IPARDES, vale ressaltar o seu papel pioneiro quando, ao situar a economia estadual no contexto da economia nacional, abandona a perspectiva de uma subordinação da economia do Paraná à do Sudeste, que não possibilitaria ao Estado uma dinâmica e diversificação da sua estrutura produtiva.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma grande e dispersa produção sobre a evolução e as transformações econômicas e sociais das regiões brasileiras. Esta produção teve um aumento considerável nas últimas décadas por conta da presença dos organismos regionais de desenvolvimento, do surgimento e consolidação, nas universidades, dos cursos de pós-graduação, e da criação, também, de órgãos de pesquisa no âmbito oficial(federal e estadual) e privado, sob a forma de consultorias.

De uma produção que estudava as regiões na perspectiva isolada e autônoma, os estudos nas últimas décadas passaram a enfatizar a articulação, a integração regional e o papel que neste particular teve a industrialização

brasileira e a constituição do mercado interno nacional. A influência de estudos gerais (sobre o País, e articulação do conjunto das regiões no contexto do processo de industrialização e da formação do mercado interno) foi significativa na elaboração dos estudos, em cada região específica, que procuravam situá-la no seu relacionamento com as demais e em relação ao “ajustamento” que tiveram que promover internamente, à medida que avançavam a industrialização e a consolidação do mercado interno.

Esta produção, levando em conta a divisão do País nas macrorregiões brasileiras definidas pelo IBGE (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), concentrou-se nas regiões que têm uma tradição e elementos que as identifiquem culturalmente com espaços diferenciados no contexto nacional: notadamente as regiões Norte e Nordeste. No entanto, não se deve deixar de levar em conta, a nível de sub-regiões e de Unidades da Federação, a grande produção de estudos sob os mais distintos enfoques que, seguramente, contribuem para o conhecimento da questão regional no País. Neste particular, vale o destaque para a produção em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná.

A produção intelectual não incorporou, de modo significativo entre seus temas, algumas das transformações relevantes ocorridas no Brasil e nas regiões na década de setenta e nos anos oitenta. A “reversão da polarização”, que parece ter ocorrido mais recentemente, apenas começa a ser discutida. Poucos, também, são os estudos que abordam as regiões na crise recente, assinalando o impacto diferenciado do declínio da economia nacional nas regiões.

A dispersão e a ausência de entidades que têm como finalidade coordenar ou orientar a produção sobre as regiões, ou mesmo reunir e divulgar os estudos sobre a questão regional no País, têm impedido um avanço sistemático do conhecimento sobre a questão regional brasileira, do que resulta um significativo desperdício de esforços. Isto deve ser somado ao fato de que a ausência de indicadores básicos sobre as regiões torna difícil o avanço maior do conhecimento a esse respeito. Os atrasos na elaboração e publicação de um conjunto compatível de agregados macroeconômicos (produtos, renda e formação de capital) relativos aos estados e regiões devem ser mencionados, notadamente no que se refere ao produto e à renda interna, ou à formação de capital público e privado. O mesmo pode ser dito a respeito do comércio interno entre as Unidades de Federação ou as regiões brasileiras.

É bem verdade que alguns esforços são feitos neste sentido, principalmente em relação aos agregados de produto e renda. Poucos são os estados que não

desenvolvem esforços neste aspecto. No entanto, tais esforços, na falta de uma coordenação que, pelo menos, defina uma orientação metodológica capaz de tornar as estimativas compatíveis entre si e em relação às estimativas das contas nacionais, perdem sua eficácia, dadas as distorções existentes e os equívocos de interpretações a que podem induzir.

A dispersão dos estudos antes referidos é mais grave pelo fato de que parte relevante da produção toma a forma de relatórios mimeografados ou fotocopiados, que, por isto mesmo, ficam restritos ao âmbito dos pesquisadores que participaram da sua elaboração e dos técnicos dos órgãos contratantes, quando é o caso, ou, ainda, dos estudiosos que, através de relações pessoais, conhecem os seus autores.

Entre as lacunas existentes, embora a cobertura dos estudos feitos não tenha sido sistemática, deve-se ressaltar as seguintes:

- a) é ainda muito reduzida a produção sobre a região Centro-Oeste, onde seguramente transformações da maior relevância vêm ocorrendo nas últimas décadas;
- b) a produção das regiões mais industrializadas(Sul e Sudeste) está em grande parte centrada nas Unidades da Federação, o que dificulta uma percepção conjunta da dinâmica e das transformações ocorridas na região, em seu todo;
- c) em termos temáticos é necessário, sobretudo para a definição da ação planejada a nível nacional, conhecer com maior profundidade as formas da ação do Estado nas economias regionais, notadamente em relação às regiões mais industrializadas; de fato, embora existam avaliações relacionadas com os programas governamentais voltados para o Nordeste e Norte, pouco se avançou no conhecimento sistemático e regionalizado do conjunto de programas (setoriais ou regionais) que se voltam para o Sul e Sudeste;
- d) com relação à questão do mercado de trabalho e sua expressão regional - homogeneidade ou heterogeneidade -, torna-se necessário um maior aprofundamento, na medida em que esta questão está na raiz dos processos os mais distintos e relevantes para a realidade brasileira atual: processo migratório, êxodo rural, urbanização, determinação do salário, sub-remuneração, subemprego e desemprego;
- e) a regionalização do acompanhamento da conjuntura nacional é também um esforço que deverá ser desenvolvido e que poderá ser concretizado com um esforço mínimo de coordenação a partir dos órgãos regionais

- e das Unidades da Federação que, na sua quase totalidade, se empenham no sentido de acompanhar a atuação conjuntural das suas economias;
- f) os avanços ocorridos na compreensão da articulação e integração das regiões brasileiras, de sua dinâmica e transformações, foram - inclusive nas regiões onde a “questão regional” está mais presente - predominantemente estudos econômicos e demográficos nos quais, mesmo quando avançaram no tratamento da questão do Estado e das suas formas de atuação, ou mesmo da distinta apropriação dos “resultados do desenvolvimento ocorrido”, não foram capazes de identificar a estrutura social ou de classes da região, nem tampouco a dinâmica dos interesses de classes que definiram a evolução regional. Neste sentido, é da maior relevância o estudo da estrutura social e de poder das regiões, das suas transformações, à medida que ocorre uma articulação entre elas ou à medida que se integram produtivamente, e do relacionamento dessa estrutura de classe, e das próprias classes, com os aparelhos do Estado e, conseqüentemente, com as políticas econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz & FAVA, Vera Lúcia. **Análise inter-regional da dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro: relatório final.** São Paulo, FIPE/USP, 1984.
2. ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de & LIMA, Rubens Soares de. Apontamentos para uma discussão sobre a questão regional. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, 4(1):151-66, 1983.
3. ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de; MARCANTÔNIO, Roberto Silveira & LIMA, Rubem Soares de. **A indústria gaúcha de bens de capital na dinâmica da economia brasileira: avanços e constrangimentos.** Porto Alegre, FEE/CODESUL, 1986.
4. ALMEIDA JR., José Maria Gonçalves de - org. **Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento.** São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1986.
5. ANDRADE, Afrânio Alves de et alii. **Transformações recentes do setor agropecuário brasileiro: desafios tecnológicos, dinâmica espacial e a fronteira do Centro-Oeste.** Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1986. 2 v. (mimeo).
6. ANDRADE, Gilberto Osório de. **Alguns aspectos do quadro natural do Nordeste.** Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional. Divisão de Política Espacial, 1977. (Estudos Regionais, 2).
7. ANDRADE, Manuel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e norte de Minas Gerais.** Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional, 1982. (Estudos Regionais, 7).
8. _____. **O Processo de ocupação do espaço regional do Nordeste.** 2. ed. Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional, 1979. (Estudos Regionais, 1).
9. _____. **Sertão Sul.** Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional - Divisão de Política Espacial, 1984. (Estudos Regionais, 11).

10. ANDRADE, Thompson Almeida. Desigualdades regionais: uma seleção de estudos empíricos. **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro, 7(1):205-26, abr., 1977.
11. ARAGON, Luiz E. & MOUGEOT, Luc J. A. **O Despovoamento do território amazônico**. Belém, UFPA/NAEA, 1983. (Cadernos NAEA, 6).
12. ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **La Division interregionale du travail au Brésil et l'exemple du Nord-est**. Paris, Université de Paris I, 1979. Tese de mestrado (mimeo).
13. AZZONI, Carlos Roberto. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo, IPE/USP, 1986. (Ensaio Econômico, 58).
14. BANDEIRA, Pedro Silveira & GRUNDLING, Nilton Artur. **Distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio de Grande do Sul: década de 70**. Porto Alegre, FEE, 1988.
15. BENETTI, Maria Domingues. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FEE, 1982.
16. BENTES, Rosalvo Machado. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. Belém, UFPA/NAEA/Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES, 1983. Tese de mestrado (mimeo).
17. BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília, CODEPLAN/Universidade Católica de Goiás, 1988.
18. BILAC, Elizabete Dória. A Produção da ABEP sobre o tema "Força de Trabalho": algumas notas e sugestões. In: BERQUO, Elza - org. **ABEP - primeira década: avanços, lacunas, perspectivas**. Belo Horizonte, ABEP, 1988.
19. BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis, Vozes, 1984.

20. CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil - 1930/1970**. São Paulo, Global/PNPE, 1985.
21. _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.
22. _____ & CARNEIRO, Ricardo. A Questão regional no Brasil: resenha bibliográfica brasileira. **Pensamento Iberoamericano: Revista de Economia Política**, Madrid(7), jan./jun., 1987.
23. CARNEIRO LEÃO, Igor Zanoni C. **O Paraná nos anos setenta**. Campinas, UNICAMP, 1986. Tese de mestrado(mimeo).
24. _____ & BEM, Jorge Sebastião. Cooperativas paranaenses. **Análise conjuntural**, Curitiba, IPARDES, 8(4): abr., 1986.
25. CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**. São Paulo, HUCITEC; Recife, SUDENE, 1987.
26. _____. Urbanização, mercado de trabalho e pauperização no Nordeste brasileiro: uma resenha dos estudos recentes. **Boletim Informativo e Bibliografia de Ciências Sociais - BIB**. Rio de Janeiro, 22:3 - 25, jul./dez., 1986.
27. CARVALHO, José Alberto Magno de & MOREIRA, Morvan de Melo. **Migrações internas na Região Norte**. Belém, SUDAM, 1976. 2v.
28. CARVALHO, Otamar de. **Desenvolvimento regional: um problema político**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
29. _____. **A Economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Campus; Brasília, Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem - ABID, 1988.
30. CASIMIRO, Liana Maria Carleial de et alii. **Resenha sobre pesquisas na área de mão-de-obra**. Fortaleza, CNPq/Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 1982. 2v.

31. **CASTAN, Nelson.** Em Busca de um paradigma conceitual para a melhor compreensão da economia gaúcha: uma réplica aos comentários. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, 4(1): 175-90, 1983.
32. **CASTRO, Antônio Barros de.** A Herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: **7 ENSAIOS sobre a economia brasileira.** Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1971.
33. **CHALOULT, Yves.** Estado, acumulação e colonialismo interno: contradições Nordeste/Sudeste, 1960-1977. Petrópolis, Vozes, 1978.
34. **CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C.** A Expansão da soja no Rio Grande do Sul; 1950-75. Porto Alegre, FEE, 1984.
35. **COSTA, Achyles Barcelos da & PASSOS, Maria Cristina.** Crescimento e crise na indústria gaúcha: 1959-85. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, 8(1), 1987.
36. **COSTA, José Marcelino Monteiro da.** Tecnologia e articulações dos modelos de crescimento nacional e amazônico. In **HEBETTE, Jean** coord. **Ciência e tecnologia para a Amazônia.** Belém, UFPA/NAEA, 1985 (Cadernos NAEA, 7).
37. _____. - coord. **Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas.** Belém, UFPA/NAEA, 1987 (Cadernos NAEA, 9).
38. **DINIZ, Clélio Campolina.** **Capitalismo, recursos naturais e espaço.** Campinas, UNICAMP, 1987 (Tese Doutorado) (mimeo).
39. _____. O Nordeste no contexto nacional. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 6. Olinda (PE), 1988. **Anais.** Brasília, ABEP, 1988. v.1.
40. _____ & **LEMONS, Maurício Borges.** Mudanças no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural.** Curitiba, IPARDES, 8(29):32-42, fev. 1986.
41. **DINIZ, José Alexandre Felizola.** **Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional.** Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional, 1981 (Estudos regionais, 5).

42. DINIZ, José Alexandre Felizola. **A Área Centro-Ocidental do Nordeste.** Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional, 1982. (Estudos regionais, 8).
43. _____. **O Subsistema urbano-regional de Aracaju.** Recife, SUDENE - PSU - SRE, 1987. (Estudos regionais, 15).
44. _____. **O Subsistema urbano-regional de Teresina.** Recife, SUDENE - PSU - SRE, 1987. (Estudos regionais, 17).
45. _____ & DUARTE, Aluizio Capdeville. **A Região cacaueira da Bahia.** Recife, SUDENE - CPR - Divisão de Política Espacial, 1983 (Estudos regionais, 10).
46. DUARTE, Renato. **Migration and urban poverty in Northeast Brazil.** Recife, UFPE/PIMES, 1980 (Tese Mestrado) (mimeo).
47. EINLOFT, Cláudio; TARGA, Luiz Alberto Pecoits & LENZ, Maria Heloísa. Elementos de uma análise da agricultura do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, 4(2), 1984.
48. FARIA, Luiz Augusto Estrella. A Produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista. **Ensaio FEE.** Porto Alegre, 4(1): 191-96, 1983.
49. FLEISCHFRESSER, Vanessa. **A Modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes e conseqüências sócio-econômicas.** Rio de Janeiro, 1984 (mimeo).
50. FONSECA, Pedro César Dutra. **BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento.** Porto Alegre, BRDE, 1988.
51. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A Produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista.** Porto Alegre, 1983. 2v.
52. _____. **25 anos de economia gaúcha.** 2. ed. Porto Alegre, 1976/81. 6v.
53. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Instituto de Pesquisas Sociais. **Exame dos estudos recentes sobre o desenvolvimento regional no Brasil: 1.**

Relatório parcial do estudo sobre as desigualdades regionais no desenvolvimento do Brasil: década de 70 e anos 80. Recife, 1988 (mimeo).

54. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Divisão de Estudos Populacionais. **A Dinâmica demográfica da Região Norte: 1. Relatório parcial de pesquisa de Migrações para Manaus.** Recife, 1987 (mimeo).
55. FUNDAÇÃO SEADE. **A Interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo: 1920-1980.** São Paulo, 1988 (Coleção economia paulista, v.1, n.1/2).
56. GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira. **O Capital oligopólico em marcha sobre a periferia nordestina: evolução da organização territorial, divisão territorial do trabalho e complementaridade industrial.** São Paulo, USP, 1987. Tese de mestrado (mimeo).
57. GALVÃO, Marília Velloso - coord. **Geografia do Brasil: Região Centro-Oeste.** Rio de Janeiro, SERGRAF-IBGE, 1977. v. 4.
58. _____. **Geografia do Brasil: Região Sudeste.** Rio de Janeiro, SERGRAF-IBGE, 1977. v. 3.
59. _____. **Geografia do Brasil: Região Sul.** Rio de Janeiro, SERGRAF-IBGE, 1977. v. 5.
60. GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. **Regional development in Brazil: a study of economic integration in an unevenly developed country.** London, University College, 1987. Tese de doutoramento (mimeo).
61. GOMES, Gustavo Maia; OSÓRIO, Carlos & FERREIRA IRMÃO, José. **Recessão e desemprego nas regiões brasileiras.** Recife, PIMES/UEPE, 1985.
62. GOMEZ, Sérgio. **Revision de algunos estudios sobre empleo rural en el Nordeste brasileño y proposiciones de lineas de investigación.** Recife, SUDENE/OIT/PNUD, 1983.

63. GOODMAN, David & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro, IPEA, 1974.
64. GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires & INNOCENCIO, Ney Rodrigues. A Evolução da agricultura na Região Sudeste na década de 70. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, 49(1): 107-57, jan./mar., 1987.
65. GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Nordeste: da articulação comercial à integração econômica**. Campinas, UNICAMP, 1986. Tese de doutoramento (mimeo).
66. _____ & CANO, Wilson. **Estudos sobre a questão regional: documento base**. Campinas, 1986 (mimeo). Texto elaborado para o encontro "Mudanças sociais no Brasil e constituição da ciência e tecnologia para o planejamento regional, urbano e habitacional", patrocinado pela ANPUR.
67. HEBETTE, Jean - coord. **Ciência e tecnologia para a Amazônia**. Belém, UFPA/NAEA, 1985 (Cadernos NAEA, 7)
68. HESS, Dora Rodrigues, CORREIA DE SÁ, Maria Elizabeth de Paiva & AGUIAR, Tereza Cone. A Evolução da agricultura na Região Centro-Oeste na década de 70. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, 49(1): 197-257, jan./mar., 1987.
69. HOFFMANN, Rodolfo. Evolução da distribuição de renda no Brasil na primeira metade da década de 80. In: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL**. Rio de Janeiro, 1987.
70. IPARDES. Fundação Édison Vieira. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba, 1981.
71. JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas e controvérsias. In: SAYAD, João - org. **Resenhas de economia brasileira**. São Paulo, Saraiva, 1979.
72. _____. Pobreza urbana e mercado de trabalho: o caso brasileiro; 1970-1983. **Estudos Econômicos**. São Paulo, 18(1): 29-49, jan./abr., 1988.

73. _____. - org. **Emprego no Nordeste, 1950-1980: modernização e heterogeneidade** (um estudo para uma política de emprego). Recife, SUDENE, Massangana, 1983.
74. JATOBÁ, Jorge & FERREIRA IRMÃO, José - orgs. **Estado, industrialização e mercados de trabalho no Nordeste**. Recife, PIMES/UFPE, 1986.
75. KAGEYAMA, Ângela A. **Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional**. Campinas, UNICAMP, 1986. Tese de doutoramento (mimeo).
76. LEÃO, Sônia de Oliveira. **Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia**. Recife, SUDENE - DPG - SRE, 1987 (Estudos Regionais, 14).
77. LEGEMANN, Eugênio. O Setor coureiro-calçadista na história do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 7(2), 1986.
78. LISBOA, Marco Aurélio. **Considerações sobre o êxodo rural na Região Sul entre 1970 e 1980**. Porto Alegre, SUDESUL, 1987.
79. LOPEZ, Fábio Sepulveda. **Estudo brasileiro de desenvolvimento amazônico**. Belém, UFPA/NAEA, 1982. Tese de mestrado (mimeo).
80. MAGALHÃES, Antônio Rocha. **Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste**. Brasília, IPEA/IPLAN, 1983 (Estudos para o planejamento, 24).
81. MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.
82. MARANHÃO, Sílvio & SAMPAIO, Yony. Estado, planejamento regional e classes sociais no Nordeste. **Estudos Econômicos**. São Paulo, 17(3): 405-33, set./dez., 1987.
83. MARTINE, George & CAMARGO, Lísio. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista brasileira de estudos de população**. Campinas, 1(1/2): 99-144, jan./dez., 1984.

84. MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo - orgs. **Os Impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Ed. Caetés, 1987.
85. MARTINE, George & NEUPERT, Ricardo. A Produção da ABEP na área de migrações internas. In: BERQUÓ, Elza-org. **ABEP - primeira década: avanços, lacunas, perspectivas**. Belo Horizonte, ABEP, 1988.
86. MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes - estudo dos espaços nordestinos do sistema gado - policultura de uso de recursos**. Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional, 1980 (Estudos Regionais, 4).
87. _____. **O Meio-norte**. Recife, SUDENE - CPR - Divisão de Política Espacial, 1983 (Estudos regionais, 9).
88. _____. **Migrações para Manaus: 1a. parte: estudo geo-sócio-econômico**. Recife, FUNDAJ/FUCAPI, 1988.
89. _____. **Regionalização agrária do Nordeste**. Recife, SUDENE - CPR - Divisão Política Espacial, 1978 (Estudos regionais, 3).
90. MENDES, Armando Dias. **O Mato e o mito**. Belém, UFPA, 1987.
91. MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann. A evolução da agricultura na Região Sul na década de 70. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro, 49(1): 159-95, jan./mar., 1987.
92. MISKI, Jorge Khalil. A Questão regional e a Região Sul: comentários sobre a proposta da SUDESUL. **Análise Conjuntural**, Curitiba, IPARDES, 8(4): 1-4, abr., 1986.
93. MOREIRA, Ivan Targino. **Nordeste: terra de arribação**. Recife, UFPE/PIMES, 1978 (Tese Mestrado) (mimeo).
94. MOREIRA, Raimundo. **O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
95. MOURA, Hélio Augusto de. A Evolução populacional de Manaus. In: **MIGRAÇÕES para Manaus: estudos específicos**. Recife, FUNDAJ/SUFRAMA, 1988. 3a. pte.

96. OSÓRIO DE BARROS, Maria de Lourdes & LIRA, Maria Rejane de Brito. **MIGRAÇÕES para Manaus: aspectos sociodemográficos.** Recife, FUNDAJ/SUFRAMA, 1988. 2a. pte.
97. MOURA, Hélio Augusto de & SANTOS, Taís de Freitas. **Dinâmica demográfica recente dos Estados e microrregiões do Nordeste, 1960/1980.** Recife, FUNDAJ, 1986.
98. MOURÃO, Francisco de Assis. A Zona Franca de Manaus: uma breve visão teórica-prática. In: **MIGRAÇÕES para Manaus: estudos específicos.** Recife, FUNDAJ/SUFRAMA, 1988. 3a. pte.
99. MULLER, Geraldo. **A Dinâmica da agricultura paulista.** São Paulo, Fundação SEADE, 1985 (Série São Paulo, 80, v.2.).
100. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste - planejamento e conflito de classes.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
101. _____ & REICHSTUL, Henri-Philippe. Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil. **Estudos CEBRAP.** São Paulo, (4): 131-68, abr./jun., 1973.
102. PEREIRA, José Matias. **Desenvolvimento e desigualdades na Amazônia.** Belém, 1986 (mimeo).
103. PIMES/UFPE. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro.** Recife, 1984. 4v.
104. REBOUÇAS, Osmundo E. Crescimento do Nordeste no contexto nacional: fatores condicionantes. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, 9(4): 453-68, out./dez., 1978.
105. REDWOOD III, John. Incentivos fiscais, empresas extra-regionais e a industrialização recente do Nordeste brasileiro. **Estudos Econômicos.** São Paulo, 14(1): jan./abr., 1984.
106. SALM, Cláudio - coord. **O Mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura.** Rio de Janeiro, UFRJ/Instituto de Economia Industrial, 1987.

107. SAMPAIO, Yony; SAMPAIO, Leonardo & MARANHÃO, Sílvia. **Desenvolvimento rural no Nordeste: a experiência do POLONORDESTE**. Recife, PIMES/UFPE, 1987.
108. SÃO PAULO. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **A Interiorização da indústria no Estado de São Paulo**. São Paulo, 1988.
109. SAWYER, Donald Rolfe. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural espacial. **Revista brasileira de estudo de população**. Campinas, 1(1/2): 3-34, jan./dez., 1984.
110. SILVA, Marlene Maria da. **O Norte cearense**. Recife, SUDENE - CPR - Divisão de Política Espacial, 1985. (Estudos regionais, 12).
111. _____ & ANDRADE-LIMA, Diva Medeiros de. **Sertão-norte: área do sistema gado-algodão**. Recife, SUDENE - Coordenadoria de Planejamento Regional, 1982 (Estudos regionais, 6)
112. SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo e; SILVA, Bárbara-Christine M. Nentwig & LEÃO, Sônia de Oliveira. **O Subsistema urbano-regional de Feira de Santana**. Recife, SUDENE - CPR, 1985 (Estudos regionais, 13).
113. _____. **O Subsistema urbano-regional de Ilhéus - Itabuna**. Recife, SUDENE - PSU - SRE, 1987 (Estudos regionais, 16)
114. SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte**, Recife, São Paulo, Ed. Nacional, 1974.
115. SMITH, Roberto. **Aspectos da industrialização no Nordeste e a dinâmica da acumulação**. Fortaleza, UFC/CAEN, 1984 (Texto nº 46).
116. SOUZA, Aldemir do Vale. **Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil**. Recife, PIMES/UFPE, 1986 (Tese Mestrado) (mimeo grampeado).
117. SOUZA, Enéas Costa de. **Economia gaúcha: objeto contraditório. ENSAIOS FEE**. Porto Alegre, 4(2): 165-78, 1984.

118. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO. **Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste**. 2 ed. Brasília, 1988.
119. TAMBARA, Elomar. **RS: Modernização & crise na agricultura**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
120. TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A Economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 4(2): 161-64, 1984.
121. TASCHNER, Suzana Pasternak & BOGUS, Lúcia Maria Machado. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. **Revista brasileira de estudos de população**. São Paulo, 3(2): 87-129, jul./dez., 1986.

Abstract: Examination of studies about the regional question in Brazil which deal with the decade of the seventies and eighties. It notes an advance in these studies but also the dispersion and reduced divulgation of most of them. It emphasizes the recent progress in studies starting from the national context and the interrelationship with other regions. It registers studies about the concentration of economic activity in the Southeast and in the most industrialized states; the impact of the deceleration and crisis of the brazilian economy on the regions; labor market, the migratory process and role of the brazilian state. It critiques the information base of these studies and considers their production from the perspective of specific brazilian geografic areas and regions.